

## Memória e refundação urbana.

### Conservar e desenvolver a Cidade. O caso do Porto<sup>1</sup>

*Rui Tavares<sup>2</sup>*

*“A memória fabrica-se, o instantâneo ensaia-se, o momento pode levar muito tempo a forjar...”*

Josef Fayad

Citado por Faíza Hayat em crónica semanal da revista XIS

#### 1. Memória e Desenvolvimento. Tempo e Valor.

Hoje, como ontem, o desenvolvimento urbano não pode introduzir dinâmicas de ruptura, que gerem desequilíbrios e descontinuidades. Deve ser capaz de congrega energias que (re) ordenem as existências, as actividades e as vontades inscritas no tempo histórico da cidade. Reordenar, estabelecendo um nível de harmonia, equilíbrio e integração, que recupere as principais linhas de continuidade histórica urbana e que as projecte no futuro, renovadas e revigoradas. Na cidade, o tempo tem uma visibilidade material que torna legível o processo histórico de desenvolvimento urbano. Processo histórico que congrega uma unidade significativa entre tempo e espaço, em cada entidade material urbana que configura a cidade. Assim se poderá esperar uma (re) caracterização da cidade que faz do 'tempo' o alicerce fundamental, capaz de dar sentido, opor-

---

<sup>1</sup> Este artigo lança algumas bases interrogativas para a temática da conservação da cidade histórica e retoma alguns aspectos apresentados na comunicação “Urban recentering. Memory and urban refoundation. The Oporto Replanning of Central Área by Barry Parker”, apresentada na 11th Conference of the International Planning History Society (IPHS) – Planning Models and the Culture of Cities – Barcelona, 14-17 July, 2004 (Conference Book)

<sup>2</sup> Historiador. Professor de *História da Arquitectura e da Cidade* na FAUP.

tunidade e ajustamento a cada uma das acções urbanas no 'tempo histórico' de cada intervenção. Assim, o desenvolvimento da cidade não pode fazer-se contra a 'Memória Urbana' e à margem da sua própria conservação; desenvolver com a "Memória" significa conservar as entidades urbanas – espaço e forma – como totalidades físicas e culturais, exercitando conceitos e critérios operativos dimensionados e fundamentados no entendimento de conservar como um todo, que não implica necessariamente conservar tudo. Dando sentido ao tempo histórico do próprio desenvolvimento, este deve fazer-se a favor da 'Memória' e, sempre que possível, com a própria 'Memória', entendida como um 'valor'.

Entender a 'Memória' como 'valor' significa recuperar as actividades instaladas e inscritas na matriz primeira da organização do espaço, significa recuperar as vontades presentes (históricas e actuais), significa recuperar as formas com funções activas e funções desactivadas, que são, como todos os outros elementos presentes no território, recursos com valor económico, com valor histórico e/ou com valor artístico. Mas a 'Memória' é, também, um poderoso instrumento indispensável para a observação e para a interpretação das existências materiais urbanas activas ou resistentes à transformação, sejam existências em tempo histórico original, sejam existências em tempo histórico cumulativo. Instrumento que abre um nível de compreensão da entidade urbana como um todo, relacionando factos urbanos da curta duração com as persistências na longa duração. Nível absolutamente incontornável para uma correcta avaliação e conseqüente interpretação, projectada em acções que possam introduzir dinâmicas de transformação, susceptíveis de integrar os 'tempos' históricos acumulados no 'tempo' de designio urbano.

Ajustadas a cada tempo histórico e num contínuo desenvolvimento urbano, essas dinâmicas de transformação sempre triunfaram por se basearem em coerentes partidos funcionais e urbanísticos, sustentados por valores simbólicos capazes de integrarem a memória urbana no desenvolvimento da cidade. A cidade histórica não é constituída por entidades urbanas antigas, mas por entidades significativas com tempo, tenha este a dimensão que tiver. Essas entidades, participando activamente no tempo histórico do desenvolvimento urbano, adquirem valores de significado histórico que são independentes do seu valor material, arquitectónico e/ou artístico. São, em tempo histórico urbano, verdadeiros contentores de memória, tanto mais dilatada quanto mais integrada em tempo longo feito de permanência e adaptação, adição e subtracção construtiva. Um tempo longo de actividade permanente que se há-de tornar perdurável pela funcionalidade ou refuncionalidade urbana das entidades arquitectónicas.

Conservar e desenvolver a cidade histórica exige hoje, como exigiu ontem, programas urbanos e acções urbanísticas para refuncionalizar as entida-

des arquitectónicas, em actualizações estruturais e representativas, aos níveis do espaço / forma e da linguagem arquitectónica, que garantam a permanência das linhas de continuidade histórica e as respectivas presenças físicas memoráveis.

## 2. Memória e Refundação Urbana. Centro e Histórico.

Discutir a cidade hoje passa, necessariamente, por equacionar os termos Centro e Histórico. Discussão que coloca a base interrogativa nos alinhamentos de posição, dimensão e valor do que se pode considerar como histórico e como centro que merece ser lembrado, conservado e dignificado. Mas, sobretudo, como deve ser vivido? Que significado tem hoje para nós e como pode manter-se significativo na nossa acção quotidiana para que possamos sentir as suas dimensões históricas? Que dimensões se devem valorizar para garantir a sua permanência enquanto totalidade unitária, física e cultural?

Discussão que, ao eleger a memória urbana como fio condutor, parece diminuir a presença estrutural da própria memória entendida como elemento intrínseco ao desenvolvimento histórico da cidade, como totalidade física e cultural desde a sua fundação.

Os nossos dias encontram-se no fim de um ciclo de desenvolvimento urbano com 200 anos. Esse ciclo, iniciado no século XIX, altera o quadro tradicional de articulação da cidade com o território, porque altera a natureza e a configuração física de um e de outro. Desde o século XIX, a cidade e o território adjacente deixaram de constituir uma unidade autónoma quer se veja pela base física, política (institucional e administrativa) ou económica. A integração em redes de circulação territorial reequaciona a base estrutural e funcional da cidade a todos os níveis, com impacto imediato na configuração física.

A cidade não é mais uma unidade central de um território próprio que a envolve, nem se apresenta como uma massa urbana que se estrutura como uma periferia envolvente de um centro nuclear compacto. A especialização funcional do século, a aceleração e diversificação das actividades, impõe alterações distributivas espaciais que fazem emergir áreas de natureza e configuração "central", com uma carga histórica aliada à refuncionalização e ao reuso de estruturas construídas monumentais, desactivadas ou substituídas.

Hoje, a cidade não é mais um centro urbano de um território rural ou peri-urbano, nem tem um único centro de natureza funcional e configurativa; hoje, a cidade é uma unidade territorial onde se encontram vários centros, de grau e natureza diversos, articulados entre si ou com outros centros, em outras cidades.

O desafio que se coloca hoje é de reequacionar este quadro, em bases renovadas a todos os níveis, entre o funcional e material-configurativo, introdu-



1. Refuncionalização urbana. O antigo convento de S. Bento da Ave Maria e a nova Estação Central de S. Bento. As antigas e as novas imagens arquitectónicas.

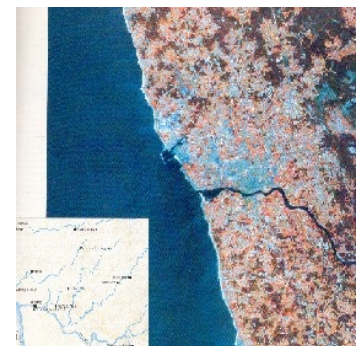
zindo valores de “fundamentum” que não necessitam de “motivos” de alteração da Ordem Política, mas que constituam um verdadeiro “Refundamentum” a todas as escalas – da cidade como centro de um território, do centro urbano como centro da cidade, da cidade como estrutura de centros. Esse “Designium” urbano deverá fazer-se em garantia plena dos valores de identidade e fortuna histórica, alicerçados na cidade e no território – valores que se encontram inscritos na memória urbana, como uma das marcas distintas e “quase” genéticas das unidades territoriais que sofrem alterações de natureza e configuração física desde a sua criação, mas que se inserem numa linha de continuidade histórica onde se inscrevem as conjunturas de desenvolvimento urbano.

Situação que se torna evidente nas cidades cujo desenvolvimento urbano se fundamenta numa estrutura física poli nuclear, em que os termos centro e histórico registam valores de natureza, posição e dimensão múltiplos e permanentes. Aqui se devem considerar os núcleos rurais, de valor e posição periurbanos, constitutivos da matriz original do desenvolvimento urbano, que hoje se constituem como novos centros de novas polaridades urbanas do mosaico administrativo, mas que constituem casos singulares de permanências arquitectónicas e espaciais, autênticos lugares de memória de nuclearidades históricas funcionais sócio-económicas e político-administrativas desde os níveis originais da formação urbana.

O exemplo específico da cidade do Porto e do que hoje se pode ou deve considerar como seu Centro Histórico, serve de motivo para enquadrar este entendimento, que se poderá equacionar como um conceito operativo para conservar e desenvolver a cidade. O caso histórico da reforma do centro da cidade no início do século XX, programado, concebido e impulsionado pela administração municipal republicana com o Plano do Centro Cívico (1916), elaborado por Barry Parker, serve de base a esta discussão já que é um bom exemplo de como a memória integrou uma acção urbanística de autêntica refundação urbana.

### 3. O Porto. Matriz polinuclear e cidade histórica.

A cidade do Porto contém em si elementos estruturais e estruturantes da sua formação e desenvolvimento urbano que permitem identificar algumas linhas históricas integradoras da formação urbana da cidade europeia atlântica (Rasmussen, 1990 [1934]). Sendo uma cidade que podemos alinhar pelo modelo atlântico e não pelo modelo mediterrânico, é uma cidade de formação e desenvolvimento polinuclear, com vários núcleos urbanos que compõem uma coroa em torno do núcleo central, este mais compacto, denso e com um grau de



2. Porto visto do espaço.  
[satélite e escala 1/200 000]

urbanidade muito elevado e concentrado – sobretudo em termos funcionais, mas também configurativos (Tavares, 1994).

De qualquer modo, o Porto como cidade polinuclear na sua origem de fundamento urbano tinha um único centro, ou seja – era polinuclear mas era sobretudo mono centralizada. Desde o primeiro nível da formação urbana, na Idade Média Plena, que o Porto se definiu como um território concreto, com delimitações físicas e administrativas praticamente coincidentes com as actuais.

Esse território foi submetido a uma Ordem Política repartida entre o Bispo – Burgo Episcopal – e o Rei – Núcleo Portuário – e estruturou-se como uma rede de núcleos – Vilas Rurais – articuladas institucional e funcionalmente entre si e com o núcleo urbano central. Esta matriz de desenvolvimento do território do Porto nunca foi modificada. O reforço das articulações funcionais entre os núcleos viria a consolidar a mesma matriz numa configuração física radial, centrada no núcleo urbano original.

A chegada ao século XVIII imprime uma ordem física a todos os núcleos adjacentes que lhe altera em definitivo o fâcies rural; em todos, as reformas das estruturas monumentais religiosas (e das administrativas a elas associadas) configuram espaços públicos que conferem uma particular urbanidade a todos eles. O território do Porto ficaria para sempre fundado nesta matriz urbana e periurbana, em que todos os núcleos se viriam a constituir como sedes das freguesias urbanas da cidade do Porto. Temos, assim, vários núcleos que se articulam fisicamente, economicamente e administrativamente com o núcleo urbano central, todos constituindo a cidade do Porto. A articulação física entre esses núcleos, inscreveu no território urbano do Porto uma estrutura de desenho radial, fazendo passar por todos os núcleos uma rede de caminhos vicinais que se concentravam no núcleo central de elevada densidade urbana. Essa estrutura viria a marcar, para sempre, o desenvolvimento urbano, que virá a reforçar essa matriz radial ao apoiar-se nos núcleos periurbanos originais (implantação de actividades que dependem de recursos naturais, p.ex.)

Assim foi até ao século XIX. Desde então, a integração da cidade em redes territoriais de circulação reequaciona a sua base estrutural e funcional a todos os níveis, com impacto imediato na configuração física. A cidade não é mais uma unidade central de um território próprio que a envolve, nem se apresenta como uma massa urbana que se estrutura como uma periferia envolvente de um centro nuclear. Desde então, a especialidade funcional aliada à diversidade dos “canais” de articulação, agora dimensionados a diversas escalas integrativas (a região, o país, o continente) reestrutura os “pólos / terminais” dessa articulação, fazendo-os obrigatoriamente (e em muitos casos, até vantajosamente) não coincidentes com o centro tradicional. Para além de uma refuncionalidade das estruturas históricas construídas no núcleo central originário, essa reestruturação redimensiona e reconverte a natureza dos núcleos



3. Porto (1764). Cidade e Território Circundante.



4. “Plano de Oporto e Arredores” (1833).

periurbanos originais, para os tornar partes integrantes activas de 1ª linha do funcionamento da cidade. Assim se redefine e se reconfigura a estrutura tradicional do território urbano, fazendo participar na cidade os núcleos envolventes ao centro, agora também especializados funcionalmente como centros urbanos.

Esta ordenação funcional tem consequências de ordem física verdadeiramente estruturantes, introduzindo o valor do descontínuo urbano na configuração espacial da cidade; valor que, independentemente da sua natureza histórica, se afirma como um dos valores estruturantes de todo o espaço urbano, pois essas áreas são autênticas reservas físicas que permitem reorientar o grau de densidade da implantação urbana. São também autênticas “bolsas” de valorização económica dos mercados fundiários. O que não deixam nunca – e por isso mesmo – é de serem urbanas. São áreas de “descontínuo” urbano que unem as diversas polaridades nucleares, por onde se estabelece a sua articulação através de estruturas de circulação arruada como “elementos – base” de urbanização. Estruturas que tendem a configurar-se como alinhamentos urbanos de união entre espaços públicos urbanos, que se apresentam configurados como “elementos – base” dos núcleos periurbanos originais e que se transformaram em centros de funcionalidade urbana da cidade do século XIX.

Assim, um ponto de partida da cidade e do território em Oitocentos é o de que a estrutura polinuclear, mas monocentrada, se alterou em definitivo; o que se observa, é que a condição múltipla do desenvolvimento urbano reestruturou a matriz original, passando esta a configurar-se então como polinuclear, mas também policentrada. A cidade incorporou a matriz original polinuclear, especializando funcional e administrativamente os diversos núcleos originais, que assim passaram a integrar a estrutura urbana como novos centros, em hierarquia económica, administrativa e cultural com o núcleo central original, onde o grau de urbanidade é visivelmente superior. Esta hierarquia funcional (concentração de funções superiores ao nível das decisões e das comunicações) arrasta consigo a questão da visibilidade artística e arquitectónica do núcleo central, como núcleo mais denso e de referência histórica da cidade, mas que, nessas duas dimensões, funciona apenas como um núcleo/centro principal de uma cidade que se estrutura como uma rede de núcleos/centros. É também assim que, no século de oitocentos, se levanta o problema da diferenciação (a par da especialização) desse núcleo/centro principal, equacionando-se a sua resolução como uma concentração projectada (em renovação das áreas centrais) de novas arquitecturas para novos programas urbanos de serviço comunitário, numa base de grande representatividade política e social. O que se interroga então é o valor de posição que tem esse núcleo/centro principal e como se pode (como deve na maior parte dos casos) tornar-se uma referência central do ordenamento físico da cidade. Quais as actividades que ali devem estar (pefe-

rencialmente) instaladas e que valor arquitectónico e artístico devem incorporar as unidades físicas (edifícios e espaço urbano) que constituem esse mesmo núcleo/centro? Nessa mesma linha, avaliando essa natureza e essa dimensão, também se avalia o grau e a qualidade dos valores urbanos instalados nos outros núcleos, bem como a sua posição relativa na cidade.

Por meados do século XIX, o que se enuncia muito imediato nas grandes cidades do centro europeu, e de forma igualmente muito irradiante para outras cidades europeias, é a necessidade de renovar esses “núcleo/centro” em termos urbanos e arquitectónicos, especializando as suas actividades nos sectores de serviços e comunicações informativas. Essa especialização tende a retirar (a prazo ou no imediato mesmo) desses núcleos a função habitacional, que assim se vê remetida para as áreas periféricas ao núcleo/centro, então consideradas como as áreas de “descontínuo” urbano. Áreas essas que, sendo o que designei de “descontínuo” urbano, são áreas integradas na cidade e que “unem” estruturalmente os diversos núcleos/centros periféricos entre si e todos ao núcleo/centro principal, mantendo a matriz histórica radial. Neste quadro, o que se equaciona de novo é exactamente o papel deste mosaico de núcleos/centro nas suas relações mútuas e na sua relação com o território urbano. A interrogação mais pertinente, e orientativa para as políticas urbanas, é como reordenar no território da cidade todos estes centros que agora se reorientam funcionalmente, como estabelecer as hierarquias administrativas e sociais e, sobretudo, como reconfigurar a sua estrutura física e as suas arquitecturas? Como se deve fazer para reorientar uma gestão urbanística integrativa, unificadora, higienista, igualitária, humanista, socializante e, acima de tudo, democrata e municipalista em prestígio da chamada “esfera do poder local” sobre a “esfera do poder central”? Que acções urbanísticas se devem ajustar a esta política municipalista, que assegurem a representatividade desse poder no território da cidade e junto dos territórios de outras cidades? Onde e como se deve apresentar (e fazer-se representar) este poder?

Essa interrogação, que penso ser bastante actual, e que dominou contudo o debate sobre a cidade na viragem do século e nos anos iniciais do século XX, foca-se exactamente nesta relação entre – Núcleo / Centro / Cidade.

As primeiras administrações políticas democratas e republicanas do município do Porto (1910-1926), responderam a estas questões programando uma série de iniciativas urbanas em dois sentidos: - procuravam consolidar os chamados núcleos/centro periféricos distribuindo por eles as unidades funcionais de abastecimento e outros serviços urbanos comunitários; - ao mesmo tempo que congregavam esforços políticos e económicos para a reforma completa do “centro de todos os centros”, dignificando as funções políticas municipais e criando um verdadeiro Centro Cívico muito representativo, que pudesse constituir uma espécie de “Refundação” da cidade, um “ícone” urbano associado à renova-

da gestão política municipal, democrata e republicana.

A cidade acusa, então, um desenvolvimento a dois ritmos que tendem para índices de especialização funcional e urbana: - uma presença extensiva das actividades industriais e a fixação do operariado, que consolidam a reestruturação urbana das periferias na base dos núcleos/centro periurbanos; - é acompanhada pela reconversão funcional da área central (o Núcleo/Centro principal) provocada pelo reforço de actividades específicas ligadas ao sector financeiro, que tendem a fixar-se no núcleo central para beneficiar da plataforma comunicativa principal da cidade com exterior. Esta dinâmica está em crescente implantação desde os anos 80 do século XIX, criando factos urbanos que incidem sobre o espaço e a estrutura da cidade; factos que modificam o quadro de funcionamento da cidade e vão reconvertendo pontualmente a sua estrutura física por acções urbanísticas particulares. A administração e a gestão urbanística municipal responde criando mecanismos regulamentares e de controlo das acções privadas sobre o espaço urbano. Ao mesmo tempo, promove programas públicos de reconversão das áreas mais pressionadas por essa dinâmica económica, criando condições físicas mais favoráveis, mais cómodas, mais apropriadas aos novos programas funcionais, mais higiénicas e com maior qualidade de vida urbana; e, sobre tudo isto, mais conformes ao espírito e à imagem de um poder democrata, popular, socialmente justo, que obedece já a uma Nova Ordem Política Republicana definitivamente implantada em 1910.

São, assim, acções continuadas, que antecedem a alteração da Ordem Política, mas que se reorientam após esta para uma estratégia urbanística que tem por "designium" cultural o recentramento da cidade no território, recentrando a própria cidade. Fazem tudo isto, com um motivo político que significa uma espécie de "retorno às origens", uma vontade de "recomeçar de novo"; um verdadeiro espírito de "Refundação" que marque, em definitivo, uma nova etapa do desenvolvimento urbano, contraposta a todas as anteriores. Contraposta, no sentido inaugural ou seja, no sentido de que novas actuações políticas marcam novas linhas de gestão urbanística, para as quais se devem encontrar novas referências urbanas e arquitectónicas. Este sentido inaugural marca um início, mas também assegura e suporta-se numa continuidade, numa sequência de acontecimentos que não devem ser anulados, nem devem também ser confundidos com o que agora se inicia. O que se pretende iniciar é um novo ciclo de desenvolvimento urbano que, politicamente, se alicerça na capacidade municipal de programar e de executar acções urbanísticas autónomas do poder central, que assegurem uma afirmação regional da cidade ao nível económico e cultural. Mas essa afirmação deverá ser feita numa ampliação e renovação da importância territorial da cidade, sem diminuir qualquer das capacidades instaladas nem anular a importância histórica da polaridade urbana original. Ampliar e renovar essa importância passará, de acordo com os programas enun-



ciados, por uma “operação” urbana e territorial de reordenar as articulações entre os núcleos que constituem o mosaico do território urbano. Reordenar, assim, as posições e importâncias funcionais relativas dos diversos núcleos e destes com o território regional e nacional, reordenando as dinâmicas de relacionamento interno na própria cidade. Reordenar, então, através de programas específicos, a matriz de hierarquização dos núcleos/centro, estabelecendo articulações integradas e complementares muito significativas de tipo “centro – periferia”, mas atribuindo ao núcleo central um papel de “núcleo – referência histórica” para toda a cidade e para toda a região. Fazendo isto, em continuidade, demarcando porém o acontecimento como o de início de ciclo, mas recuperando e integrando neste projecto político e urbano os alinhamentos históricos mais permanentes da cidade – a sua fortuna histórica. Assim, a ‘Memória Urbana’ é considerada um valor operativo, que pode sustentar uma verdadeira ‘Refundação Urbana’, em que a reconversão do espaço urbano se insere num tempo longo que está, objectivamente, para além da circunstância: uma espécie de “futuro com passado”.

As intenções políticas e culturais dessa “operação” estão muito bem enunciadas na formulação do Plano Urbanístico que a municipalidade encomendou ao arquitecto inglês Barry Parker, ainda em 1915: programava-se «...rasgar o centro da cidade e criar um verdadeiro Centro Cívico e um centro de estabelecimentos...», permitindo assim «...abrir...uma parte da cidade que está muito congestionada...», procurando uma imagem que deverá ser «...antes de tudo, muito dignificante...» (Tavares, 1985/1986).

A chamada ao arquitecto inglês – concretamente Barry Parker, um dos nomes europeus ligado ao movimento das “cidade – jardim”, conjuntamente com seu sócio Raymond Unwin – é já de si significativo, pois trata-se de uma operação que, em limite mínimo, se enquadra nas acções urbanísticas de higienização e descongestionamento da cidade oitocentista. Mas é também significativo por se tratar, em ambição cultural máxima, de uma operação urbanística que se enquadra na linha histórica da reconversão das áreas centrais, pensada nos preceitos disciplinares da «...moderna arte de projectar as cidades...» (Tavares, 1985/1986).

Parker baseia a sua proposta na reestruturação de todos os acessos à área central, quer nas entradas a sul quer nas saídas a norte, e desenvolve projectos globais de desenho urbano e arquitectónico de todas as edificações do conjunto central, quer as que se destinam aos programas administrativos (complexo dos novos Paços do Concelho) quer as dos novos programas comerciais (hotéis, grandes armazéns, grandes cafés com salão de jogos).

Cumprir os objectivos enunciados ao nível da imagem e da representatividade do conjunto, desenhando arquitecturas inspiradas na imagem neoclássica das arquitecturas locais existentes e nos modelos britânicos.



5. Porto. Plano da Zona Central – Centro Cívico. Barry Parker (1916).

A execução do Plano, reduz o projecto ao seu elemento central (Avenida – Praça principal) onde pontua o complexo administrativo municipal dominando o eixo de composição central, ao mesmo tempo que substitui a imagem proposta por novas referências da arquitectura Beaux-Arts, influenciadas pelos principais arquitectos portugueses que se encontram recém chegados de formações disciplinares em Paris, imagem essa que se considera mais prestigiosa por se encontrar mais próxima dos modelos das cidades continentais europeias. Mas, também neste campo, a operação se vê alinhada a par de recentes construções que já vinham modificando a imagem da área central, fixada em edifícios monumentais renovados ou reconstruídos completamente e que se apresentam já como marcos arquitectónicos do centro – o Teatro, em 1909, e o Mercado, em 1914.

Na chegada ao século XXI, a cidade continua presa aquela imagem como referência monumental histórica, continua a funcionar na estrutura policentrada e vê a base polinuclear da sua formação reforçada recentemente com a implantação das principais marcações funcionais ao nível dos sectores de decisão superiores, como por exemplo os pólos universitários. Continua a desenvolver-se dentro dos limites administrativos municipais fixados definitivamente no século XIX, pressionada por áreas urbanas que integram outros municípios e que gerem situações urbanas de configuração formal semelhante, pois os limites são apenas demarcações e não separações de um contínuo espacial urbano. Continua a incorporar, no seu espaço urbano, áreas de “descontínuo” urbano que ainda constituem reservas significativas e que são zonas de consolidação e diferenciação do espaço urbano, que se justapõem em articulação com os núcleos/centro, mas que se apresentam como “elementos” integrantes da cidade.

Continua a ser uma unidade territorial urbana, de formação polinuclear e policentrada, referência histórica central de uma região onde se desenha um mosaico de unidades territoriais urbanas cada vez mais denso.

Continua a merecer – agora em urgente exigência – a categoria de unidade central de uma estrutura de centros, na dupla dimensão territorial e urbana, e que incorpora elementos-base de uma monumentalidade histórica referencial.

Continua ser uma cidade atlântica, com uma estrutura polinuclear compacta dispersa pelo território urbano, que incorpora ciclos históricos de configuração formal e arquitectónica baseados em “unidades urbanas / Fragmento” que se podem alinhar por modelos europeus, mas que não fazem dela outra coisa que não seja ela própria.



6. Porto (1991). Área Metropolitana.

## Referências

- Bastie, Jean; Dérzet, Bernard, *Urbanisme et patrimoine : conservation et réhabilitation ou rénovation*. In *La Ville*. Masson, Paris, 1991, pp. 349-359
- Jenks, Mike; Burton, Elizabeth; Williams, Katie, *The Compact City. A Sustainable Urban Form?*. Oxford Brookes University, 2000
- Monclús, Francisco Javier, "Ciudad dispersa y ciudad compacta. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas." *D'Humanitas*, 7 (Girona, 1999), pp. 95-110
- Monclús, Francisco Javier (ed.), *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998
- Rasmusen, Steen Eiler, *Londres*. Picard, 1990 [Edição francesa do obra original, publicada em Copenhaga, em 1934]
- Gresset, Philippe, "Constitution et Résolution de la Ville par Fragments (1790-1840). Urbanisme et société en Grande-Bretagne (19<sup>e</sup> – 20<sup>e</sup> siècles)". In *Actes du Colloque de Clermont-Ferrand (13-14 janvier 1984)*, pp.9-35
- Real, Manuel; Tavares, Rui, "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto". In *Porto a Património Mundial*. Porto, Câmara Municipal do Porto, 1993
- Tavares, Rui, "Da Avenida da Cidade ao Plano para a Zona Central. A intervenção de Barry Parker no Porto". *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, 2<sup>a</sup> série, 3 / 4, Porto, 1985 / 1986
- Tavares, Rui; Gunther, Anni; Domingues, Alvaro, "Oporto". In AA. VV. *Atlas Histórico de las Ciudades Europeas*. Dir. Manuel Guàrdia, Francisco Javier Monclús, José Luis Oyón, Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona (CCCB) [Universitat Politècnica de Catalunya (UPC)] e Salvat Editores, 1994
- Tavares, Rui, "Oporto. History and Urban Development". In *The Dictionary of Art*. Londres, Macmillan Publishers, 1996

## Imagens

### CRÉDITOS

Tavares, Rui; Gunther, Anni; Domingues, Alvaro, "Oporto". In AA. VV. *Atlas Histórico de las Ciudades Europeas*. Dir. Manuel Guàrdia, Francisco Javier Monclús, José Luis Oyón, Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona (CCCB) [Universitat Politècnica de Catalunya (UPC)] e Salvat Editores, 1994.

#### 1. *Porto visto do espaço*. [satélite e escala 1/200 000]

A imagem mostra a cidade implantada junto da foz do rio Douro como o núcleo central do povoamento descontínuo que caracteriza a região. Os restantes núcleos urbanos principais distribuem-se a norte do Porto e desenham um coroamento urbano que envolve a cidade.

2. *Porto (1764). Cidade e Território Circundante.*

Os núcleos rurais periurbanos existentes desde a Idade Média definem uma estrutura polinuclear apoiada na rede viária de penetração no território e constituem a matriz base de formação do território urbano do Porto. O núcleo urbano compacto centraliza o território e define a estrutura radial das circulações viárias.

3. *“Plano de Oporto e Arredores” (1833).*

As vistas registadas neste plano evidenciam a importância que a cidade tem na região, na chegada ao século XIX.

4. *Porto. Plano da Zona Central – Centro Cívico. Barry Parker (1916).*

Inaugura um ciclo de planeamento urbano que não se reduz a intervenções pontuais. Reestrutura as penetrações - a norte e a sul - da área central e desenha um Centro Cívico de comércio, serviços e administração.

5. *Porto (1991). Área Metropolitana.*

A nova rede viária reforça a centralização regional da cidade e é a base fundamental de um processo territorial e urbano de coesão metropolitana.